

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N.º , DE 2006
(Do Sr. Deputado JOAQUIM FRANCISCO)

Solicita o envio de Requerimento de Informação ao Ministro da Educação referente a regulamentação do valor das taxas cobradas para registro de diplomas de educação superior.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, inciso I e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Professor Fernando Haddad, Ministro da Educação, pedido de informações no sentido de esclarecer esta Casa quanto a providências a serem tomadas em face da ausência de normas que regulamentem, em nível nacional, o valor das taxas cobradas para registro, por universidades públicas, de diplomas expedidos por instituições privadas de ensino superior. A regulamentação da matéria é necessária para evitar grandes disparidades do valor das taxas cobradas e decorrentes dificuldades trazidas aos alunos.

JUSTIFICAÇÃO

Para ter validade nacional, os diplomas de cursos de graduação, emitidos por faculdades, institutos e centros de educação tecnológica devem ser registrados por universidades públicas, indicadas pelo

Conselho Nacional de Educação. As instituições que são Universidades e Centros Universitários têm a prerrogativa de registrar seus próprios diplomas.

Trata-se de um processo complexo que, freqüentemente, implica em visita de comissão de especialistas à instituição que emitiu o diploma, com vistas à reduzir possíveis fraudes e baixa qualidade acadêmica.

As instituições responsáveis por tais registros transferem aos alunos os custos deste processo mediante a cobrança de taxas que, atualmente, variam de menos de R\$ 20,00 a mais de R\$ 400,00.

Em face de tais disparidades e das dificuldades enfrentadas pelos alunos para fazer face a mais estas despesas faz-se necessário solicitar ao Ministério da Educação esclarecimentos pertinentes à matéria em questão, especialmente aqueles referentes a sua regulamentação.

Em face do exposto, contamos com o inestimável apoio dos senhores e senhoras parlamentares desta Comissão de Educação e Cultura na busca dos esclarecimentos necessários com vistas à maior justeza e pertinência do processo de registro de diplomas, em benefício da educação e da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado JOAQUIM FRANCISCO